AS POLÍTICAS PÚBLICAS FRENTE À TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE 2

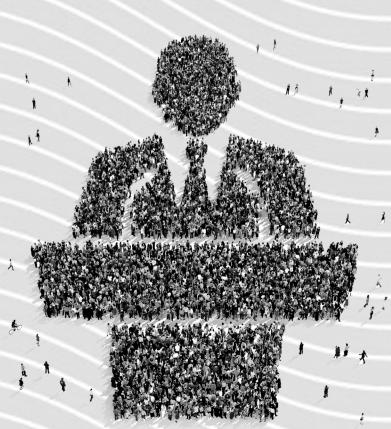
Elói Martins Senhoras (Organizador)





AS POLÍTICAS PÚBLICAS FRENTE À TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE 2

Elói Martins Senhoras (Organizador)





Editora Chefe

Profa Dra Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.

Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licenca de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-Não Derivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto - Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva - Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior - Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho - Universidade de Brasília



- Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes Universidade Federal Fluminense
- Prof^a Dr^a Cristina Gaio Universidade de Lisboa
- Prof. Dr. Daniel Richard Sant'Ana Universidade de Brasília
- Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira Universidade Federal de Rondônia
- Profa Dra Dilma Antunes Silva Universidade Federal de São Paulo
- Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias Universidade Estácio de Sá
- Prof. Dr. Elson Ferreira Costa Universidade do Estado do Pará
- Prof. Dr. Eloi Martins Senhora Universidade Federal de Roraima
- Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira Universidade Estadual de Montes Claros
- Profa Dra Ivone Goulart Lopes Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
- Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira Universidade Católica do Salvador
- Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior Universidade Federal Fluminense
- Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves Universidade Federal do Tocantins
- Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa Universidade Estadual de Montes Claros
- Profa Dra Natiéli Piovesan Instituto Federal do Rio Grande do Norte
- Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva Pontifícia Universidade Católica de Campinas
- Profa Dra Maria Luzia da Silva Santana Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
- Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna Universidade Estadual de Ponta Grossa
- Profa Dra Rita de Cássia da Silva Oliveira Universidade Estadual de Ponta Grossa
- Prof. Dr. Rui Maia Diamantino Universidade Salvador
- Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior Universidade Federal do Oeste do Pará
- Profa Dra Vanessa Bordin Viera Universidade Federal de Campina Grande
- Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
- Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

- Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira Instituto Federal Goiano
- Prof^a Dr^a Carla Cristina Bauermann Brasil Universidade Federal de Santa Maria
- Prof. Dr. Antonio Pasqualetto Pontifícia Universidade Católica de Goiás
- Prof. Dr. Cleberton Correia Santos Universidade Federal da Grande Dourados
- Profa Dra Daiane Garabeli Trojan Universidade Norte do Paraná
- Profa Dra Diocléa Almeida Seabra Silva Universidade Federal Rural da Amazônia
- Prof. Dr. Écio Souza Diniz Universidade Federal de Viçosa
- Prof. Dr. Fábio Steiner Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
- Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos Universidade Federal do Ceará
- Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
- Prof. Dr. Jael Soares Batista Universidade Federal Rural do Semi-Árido
- Prof. Dr. Júlio César Ribeiro Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
- Prof^a Dr^a Lina Raquel Santos Araújo Universidade Estadual do Ceará
- Prof. Dr. Pedro Manuel Villa Universidade Federal de Viçosa
- Profa Dra Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos Universidade Federal do Maranhão
- Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza Universidade do Estado do Pará
- Profa Dra Talita de Santos Matos Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
- Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo Universidade Federal Rural do Semi-Árido
- Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior Universidade Federal de Alfenas



Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva - Universidade de Brasília

Profa Dra Anelise Levay Murari - Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto - Universidade Federal de Goiás

Profa Dra Débora Luana Ribeiro Pessoa - Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof^a Dr^a Eleuza Rodrigues Machado - Faculdade Anhanguera de Brasília

Profa Dra Elane Schwinden Prudêncio - Universidade Federal de Santa Catarina

Prof^a Dr^a Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof^a Dr^a Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco - Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida - Universidade Federal de Rondônia

Prof^a Dr^a Iara Lúcia Tescarollo - Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos - Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza - Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos - Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de Franca Barros - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior - Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza - Universidade Federal do Amazonas

Profa Dra Magnólia de Araújo Campos - Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profa Dra Maria Tatiane Gonçalves Sá - Universidade do Estado do Pará

Profa Dra Mylena Andréa Oliveira Torres - Universidade Ceuma

Profa Dra Natiéli Piovesan - Instituto Federacl do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada - Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva - Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profa Dra Regiane Luz Carvalho - Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profa Dra Renata Mendes de Freitas - Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof^a Dr^a Vanessa Lima Goncalves - Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera - Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva - Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade - Universidade Federal de Goiás

Prof^a Dr^a Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof^a Dr^a Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos - Instituto Federal do Pará

Prof^a Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas - Universidade Federal de Campina Grande



Prof^a Dr^a Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques - Universidade Estadual de Maringá

Prof^a Dr^a Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba

Profa Dra Natiéli Piovesan - Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof^a Dr^a Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Takeshy Tachizawa - Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística. Letras e Artes

Profa Dra Adriana Demite Stephani - Universidade Federal do Tocantins

Profa Dra Angeli Rose do Nascimento - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Profa Dra Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Profa Dra Denise Rocha - Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli - Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck - Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof^a Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Profa Dra Miranilde Oliveira Neves - Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profa Dra Sandra Regina Gardacho Pietrobon - Universidade Estadual do Centro-Oeste

Prof^a Dr^a Sheila Marta Carregosa Rocha - Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira - Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Me. Adalberto Zorzo - Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza

Prof. Me. Adalto Moreira Braz - Universidade Federal de Goiás

Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro - Centro Universitário Internacional

Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva - Universidade Federal do Maranhão

Prof^a Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo - Universidade Fernando Pessoa

Prof^a Dr^a Andreza Lopes - Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico

Profa Dra Andrezza Miguel da Silva - Faculdade da Amazônia

Prof^a Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá

Prof^a Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria - Polícia Militar de Minas Gerais

Prof. Me. Armando Dias Duarte - Universidade Federal de Pernambuco

Profa Ma. Bianca Camargo Martins - UniCesumar

Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos

Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques - Faculdade de Música do Espírito Santo

Profa Dra Cláudia Taís Siqueira Cagliari - Centro Universitário Dinâmica das Cataratas

Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Me. Daniel da Silva Miranda - Universidade Federal do Pará

Prof^a Ma. Daniela da Silva Rodrigues - Universidade de Brasília



Prof^a Ma. Daniela Remião de Macedo - Universidade de Lisboa

Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros - Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Me. Douglas Santos Mezacas - Universidade Estadual de Goiás

Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro - Embrapa Agrobiologia

Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira - Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases

Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira - Faculdade Pitágoras de Londrina

Prof. Dr. Edwaldo Costa - Marinha do Brasil

Prof. Me. Eliel Constantino da Silva - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita

Prof. Me. Ernane Rosa Martins - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior - Prefeitura Municipal de São João do Piauí

Profa Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa - Centro Universitário Estácio Juiz de Fora

Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira - Prefeitura Municipal de Macaé

Prof. Me. Felipe da Costa Negrão - Universidade Federal do Amazonas

Profa Dra Germana Ponce de Leon Ramírez - Centro Universitário Adventista de São Paulo

Prof. Me. Gevair Campos - Instituto Mineiro de Agropecuária

Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos - Secretaria da Educação de Goiás

Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do ParanáProf. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina

Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior - Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Prof^a Ma. Isabelle Cerqueira Sousa - Universidade de Fortaleza

Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende - Universidade Federal de Uberlândia

Prof. Me. Javier Antonio Albornoz - University of Miami and Miami Dade College

Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima - Universidade Federal do Pará

Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes - Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social

Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos - Universidade Federal de Sergipe

Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta - Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay

Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior - Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profa Dra Juliana Santana de Curcio - Universidade Federal de Goiás

Profa Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco - Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof^a Dr^a Kamilly Souza do Vale - Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA

Prof. Dr. Kárpio Márcio de Sigueira - Universidade do Estado da Bahia

Prof^a Dr^a Karina de Araújo Dias - Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR

Prof. Me. Leonardo Tullio - Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profa Ma. Lilian Coelho de Freitas - Instituto Federal do Pará

Profa Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros - Consórcio CEDERJ

Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás

Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza - Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe

Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro - Universidade Federal da Grande Dourados

Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli - Universidade Estadual do Paraná

Prof. Dr. Michel da Costa - Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação - Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior



Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profa Ma. Maria Elanny Damasceno Silva - Universidade Federal do Ceará

Prof^a Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva - Universidade Federal de Pernambuco

Profa Ma. Renata Luciane Polsague Young Blood - UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva - Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior - Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof^a Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa - Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Prof^a Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos - Faculdade Regional Jaguaribana

Profa Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho - Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné - Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel - Universidade Paulista



Editora Chefe: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira

Bibliotecário Maurício Amormino Júnior

Diagramação: Luiza Alves Batista
Correção: Emely Guarez
Edição de Arte: Luiza Alves Batista

Revisão: Os Autores

Organizador: Elói Martins Senhoras

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P769 As políticas públicas frente a transformação da sociedade 2 [recurso eletrônico] / Organizador Elói Martins Senhoras. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-65-5706-447-4 DOI 10.22533/at.ed.474200710

1. Brasil – Política e governo. 2. Políticas públicas – Brasil. 3. Sociedade. I. Senhoras, Elói Martins.

CDD 320.981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior - CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil Telefone: +55 (42) 3323-5493 www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



APRESENTAÇÃO

O campo de estudos sobre as políticas públicas evoluiu ao longo dos séculos XX e XXI de modo reflexivo aos movimentos pendulares de maximização e minimização do tamanho do Estado nos contextos nacionais, apresentando um conjunto peculiar de instrumentos teórico-metodológicos multidisciplinares com finalidades não apenas descritivas, mas também prescritivas em uma realidade permeada pela complexidade.

Partindo de reflexões do campo de Políticas Públicas, a presente obra, intitulada "As Políticas Públicas frente à Transformação da Sociedade 2", configura-se por robusta coletânea de pesquisas empíricas relacionadas às áreas de Educação e Saúde, as quais possuem ricas e diferenciadas abordagens por meio de recortes metodológicos e teóricos próprios, demonstrando assim a riqueza do campo de estudos de políticas públicas.

Estruturado em 22 capítulos, o livro é o fruto de um trabalho coletivo de um perfil plural de profissionais comprometidos com os estudos empíricos de políticas públicas, o qual é caracterizado pelas distintas experiências de 48 pesquisadoras e 13 pesquisadores oriundos, nacionalmente, de todas macrorregiões brasileiras (Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e Norte), e, internacionalmente, da Colômbia.

A organização desta obra obedeceu a um sequenciamento temático, de modo que apresenta uma panorâmica visualização das mais clássicas políticas sociais por meio, respectivamente, um eixo de discussões sobre políticas públicas relacionadas à Educação nos primeiros 12 capítulos, e um segundo eixo temático de discussões na área de Saúde nos 10 capítulos seguintes.

No primeiro eixo, a temática educacional é explorada por meio de capítulos que versam sobre assuntos variados, como política educacional nacional, ensino básico, ensino médio e ensino superior, representações visual e de competências linguístico-comunicativas, enfoques gerenciais na educação, equipes multidisciplinares e monitoria colaborativa no contexto educacional.

No segundo eixo, a Saúde é explorada desde enfoques macroanalíticos que exploram políticas nacionais específicas, gestão na Saúde Pública zika vírus no Brasil ou sobre o Sistema Único de Saúde (SUS) até se chegar a enfoques microanalíticos de estudos de casos em ambiente hospitalar ou em unidades sanitárias ou mesmo sobre participação discente em diferentes estados brasileiros.

Com base nestes 22 capítulos, este livro apresenta variadas discussões sobre a realidade da Educação e da Saúde em suas matrizes como políticas públicas centrais no contexto do welfare state brasileiro, Estado de Bem Estar Social, em plena dinâmica de mutação que combina a hibridez sociocultural de tradicionalismos e novidades, bem como continuidades e mudanças.

Diante das diferentes contribuições ora apresentadas em linguagem fluida e acessível, este livro é direcionado para um amplo público leigo ou mesmo para profissionais e acadêmicos que buscam a especialização, razão pela qual estão todos convidados a explorarem o campo das políticas públicas em Educação e Saúde à luz de uma instigante leitura multidisciplinar fundamentada por diferenciadas análises e por um pluralismo teóricometodológico que visam apreender a complexidade das realidades empíricas.

Ótima leitura!

Elói Martins Senhoras

SUMÁRIO
CAPÍTULO 11
A ATUAÇÃO COLABORATIVA ENTRE O PROFESSOR DO AEE E O TERAPEUTA OCUPACIONAL: AÇÃO MULTIPROFISSIONAL NO CONTEXTO ESCOLAR Orlando Sérgio Pena Mourão Junior Lorena Costa Branco Samantha Hanna Seabra Castilho Simões DOI 10.22533/at.ed.4742007101
CAPÍTULO 212
A CONFIGURAÇÃO DA POLÍTICA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DOCENTE PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA: PROJETO EM CURSO Cristina Fátima Pires Ávila Santana Elis Regina dos Santos Viegas DOI 10.22533/at.ed.4742007102
CAPÍTULO 322
POLÍTICAS PÚBLICAS E A EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO NOTURNO Bernarda Elane Madureira Lopes Clara Tatiana Dias Amaral Cristiana Fonseca de Castro Oliveira Ivanise Melo de Souza DOI 10.22533/at.ed.4742007103
CAPÍTULO 434
SUBVERSÃO EM PERFORMANCE NA ESCOLA PÚBLICA E DIÁLOGOS COM AS POLÍTICAS CULTURAIS Thiago Camacho Teixeira DOI 10.22533/at.ed.4742007104
CAPÍTULO 549
O SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (SINAIS) À LUZ DA POLÍTICA JURÍDICA Adelcio Machado dos Santos DOI 10.22533/at.ed.4742007105
CAPÍTULO 663
EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR PARA CUMPRIMENTO DA META 12 DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO NO BRASIL E NO ESTADO DE SÃO PAULO Angelo Luiz Cortelazzo Carlos Vogt

Wagner Pires da Silva

DOI 10.22533/at.ed.4742007106

STAKEHOLDERS DE UMA UNIVERSIDADE FEDERAL

Gilmária Henllen Gondim Gomes Erlene Pereira Barbosa DOI 10.22533/at.ed.4742007107
CAPÍTULO 886
POLÍTICAS PÚBLICAS GERENCIALISTAS: EFEITOS NA SEGURANÇA DO TRABALHADOR EM INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR Renata Machado Márcia Barros de Sales DOI 10.22533/at.ed.4742007108
CAPÍTULO 998
MONITORIA COLABORATIVA NA CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO CURSO DE PEDAGOGIA Luzileida Sousa Correa Ana Paula Vieira e Souza DOI 10.22533/at.ed.4742007109
CAPÍTULO 10 111
AS INTERVENÇÕES DO PIBID ATRAVÉS DA ANÁLISE DE IMAGENS NAS AULAS DE GEOGRAFIA NO CENTRO EDUCACIONAL 30 DE JUNHO Ana Paula de Oliveira Adriano Andrade de Abeu Jean da Silva Santos Marize Daminana Moura Batista e Batista DOI 10.22533/at.ed.47420071010
CAPÍTULO 11122
AS REPRESENTAÇÕES DA COMPETÊNCIA LINGUÍSTICO-COMUNICATIVA CONSTRUÍDAS POR PROFESSORES PARAENSES DE INGLÊS Makoy Santos da Silva DOI 10.22533/at.ed.47420071011
CAPÍTULO 12134
FOTOJORNALISMO E GUERRA NA COLÔMBIA: A REPRESENTAÇÃO VISUAL DOS INDÍGENAS AWÁ Ana Luisa Fayed Sallas Claudia Solanlle Gordillo Aldana DOI 10.22533/at.ed.47420071012
CAPÍTULO 13149
A PARTICIPAÇÃO DOS ACADÊMICOS DE ENFERMAGEM NA CONFERENCIA MUNICIPAL DE SAÚDE CACOAL-RO: RELATO DE EXPERIÊNCIA Izabela Beatriz Santos Gomes Silveira Beatriz Moutinho Bosso Letícia Rodrigues de Souza Leal Natalia Liz Ribeiro dos Santos

Rodolfo Jakov Saraiva Lôbo

Juraci Tostes Pereira da Gama

DOI 10.22533/at.ed.47420071017
CAPÍTULO 18191
ENTRE O IDEAL E O REAL: OS DESAFIOS E AS POSSIBILIDADES NO COTIDIANO DE TRABALHO DO NÚCLEO DE APOIO À SAÚDE DA FAMÍLIA Michele Cardoso Corrêa Naiane Barreto de Melo Júnia de Castro Flores
DOI 10.22533/at.ed.47420071018
CAPÍTULO 19203
PAGAMENTO POR DESEMPENHO EM SERVIÇOS DE SAÚDE NO PACTO PELA SAÚDE (PS) ENTRE 2006 E 2011: UMA DISCUSSÃO NO ÂMBITO DO CICLO DE VIDA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS Edmar Aparecido de Barra e Lopes
DOI 10.22533/at.ed.47420071019
CAPÍTULO 20223
CONTROLE INTERNO NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: AÇÕES DO DENASUS Maria do Socorro Litaiff Rodrigues Dantas Maria do Socorro Pinto Brígido Ednir Dantas de Castro Ribeiro
DOI 10.22533/at.ed.47420071020
CAPÍTULO 21231
UMA BREVE ANÁLISE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DO HOMEM Liana Dias Martins da Rocha DOI 10.22533/at.ed.47420071021
CAPÍTULO 22
ZIKA VÍRUS: ANÁLISE, DISCUSSÕES E IMPACTOS NO BRASIL Letícia Bugança Stelute Gabriela Caroline Coelho Canossa
DOI 10.22533/at.ed.47420071022
CORDE O ODCANIZADOD

ÍNDICE REMISSIVO......252

CAPÍTULO 22

ZIKA VÍRUS: ANÁLISE, DISCUSSÕES E IMPACTOS NO BRASIL

Data de aceite: 01/10/2020 Data de submissão: 06/07/2020

Letícia Bugança Stelute

FATEC Catanduva
Catanduva – SP
http://lattes.cnpq.br/0530331571764258

Gabriela Caroline Coelho Canossa

FATEC Catanduva Catanduva – SP http://lattes.cnpq.br/8903905026229890

RESUMO: O Zika é uma doença que está aumentando no Brasil desde 2014. O vetor causador é o Aedes aegypti, que através de sua picada, pode transmitir o vírus, causando a microcefalia e deixar consequências ao longo de toda a vida. Além do crescimento dos casos de microcefalia, o Zika vírus gera grandes problemas que envolvem toda a sociedade e a economia do país, como por exemplo, o custo do tratamento médico da criança microcefálica e de sua família, pois seus familiares deixarão de trabalhar para dar suporte e acompanhamento ao tratamento. e também ao custo do saneamento básico, como fator primordial para o combate ao mosquito e a elaboração de políticas públicas. Desta forma, o presente trabalho analisou tais aspectos econômicos e ambientais para a compreensão da influência do vírus e os fatores que proporcionaram o crescimento do vetor. Realizouse uma pesquisa bibliográfica para entender os efeitos do Zika vírus e seus impactos econômicos,

sociais e ambientais. Neste trabalho, foram estimados os custos relacionados à microcefalia, a perda de rendimentos dos familiares da criança microcefálica e ao investimento do país com saneamento básico.

PALAVRAS-CHAVE: Zika vírus, Brasil, Microcefalia, Política pública, Custos.

ZIKA VIRUS: ANALYSIS, DISCUSSIONS AND IMPACTS IN BRAZIL

ABSTRACT: Zika virus is a disease that has been increasing in Brazil since 2014. The causative vector is Aedes aegypti, which through its bite can transmit the virus, causing microcephaly and leave consequences throughout life. In addition to the growth of microcephaly cases, the Zika virus virus generates major problems involving the entire society and economy of the country. One can cite the cost of medical treatment of the microcephalic child and his family, as his family will stop working to support and follow up the treatment. There is also the cost of basic sanitation, which is essential for mosquito control, and the elaboration of public policies to improve the living conditions of the population. In this way, the present work analyzed such economic and environmental aspects for the understanding of the influence of the virus and the factors that provided the vector growth. A bibliographic research was carried out to understand the effects of the Zika virus and its economic, social and environmental impacts. The main costs related to microcephaly. the loss of income of the microcephalic child's relatives and the country's investment in basic sanitation were also estimated.

KEYWORDS: Zika virus, Brazil, Costs, Microcephaly, Public Policy.

1 I INTRODUÇÃO

O Zika vírus é classificado como flavivírus que são vírus de envelope com RNA de fita simples linear, de polaridade positiva, não segmentado, em capsídeo icosaédro (KRONEN, 2008). Ele é transmitido principalmente por mosquitos do gênero *Aedes* e foi descoberto em 1947 na Uganda (KINDHAUSER, et. al, 2016).

O Aedes aegypti é o grande responsável pelo surgimento do Zika vírus no Brasil. Há indícios de que este vetor começou a circular no Brasil no ano de 2014, mas, segundo o Ministério da Saúde, os casos registrados só ocorreram em maio de 2015.

No dia 28 de novembro de 2015, o Ministério da Saúde confirmou que as gestantes que forem atingidas por esse vírus tem a possibilidade de gerar crianças com microcefalia, uma malformação irreversível do cérebro, que pode vir associada a danos mentais, visuais e auditivos.

O Zika vírus e suas consequências acarretam preocupação e por isso torna-se uma emergência de saúde pública de importância nacional. Chegou-se a esta situação devido à relação entre a presença do vírus e a ocorrência de microcefalias e óbitos que foram confirmados por meio de testes em laboratórios realizados com amostras de recémnascidos (REVISTA SUPER INTERESSANTE, 2016).

Em reportagem do Portal Brasil (2016) o Brasil passou a adotar as normas da Organização Mundial da Saúde (OMS) para determinar se o recém-nascido tem microcefalia. O perímetro cefálico para menino deve ser igual ou inferior a 31,9 centímetros e, para menina, igual ou inferior a 31,5 centímetros. Estudo publicado na Revista Science (2016) mostra que a infecção por Zika pode diminuir em 40% o cérebro dos recém nascidos.

21 DESENVOLVIMENTO

O microcefálico poderá viver por vários anos, porém, irá precisar de acompanhamento médico além de fazer uso de medicamentos específicos. Devido ao alto número de casos, haverá um custo considerável para a economia do país, pois o Brasil deverá atendê-las, fornecendo todos os recursos necessários, dando suporte à saúde e bem estar à eles.

2.1 Custos da microcefalia

O setor da saúde pode ser considerado o provedor e pagador direto dos serviços relacionados ao equacionamento das doenças e agravos em saúde, mas também a sociedade arca com custos decorrentes desses agravos que, muitas vezes, permanecem ocultos nas planilhas de custo (PEREIRA, 2014).

O custo direto é aquele decorrente dos cuidados de saúde ou de tratamento de doenças. Os principais custos são: gastos de internação, serviços médicos, serviços de outros profissionais de saúde, exames diagnósticos e medicamentos (PEREIRA, 2014).

Os custos indiretos são aqueles que incorrem ao paciente e a terceiros. São referentes à perda de produtividade devido ao agravo da doença por meio da perda das funções orgânicas e laborais do paciente, resultando na falta ao trabalho, entre outros (PEREIRA, 2014).

O custo externo é o prejuízo causado a terceiros sem que seja imposto ônus financeiro proporcional a quem o causou que decorre de impactos sociais negativos provocados pela doença. (PEREIRA, 2014).

As possíveis causas da microcefalia primária são genéticas e ambientais como, por exemplo, a exposição a substâncias tóxicas, síndrome alcoólica fetal, etc. (ARCA, 2016).

Até 9 de julho de 2016 foram registrados 174.003 casos de zika e 1.399.480 casos de dengue segundo boletim epidemiológico do Ministério da Saúde (PORTAL DA SAÚDE, 2016).

Não há tratamento específico para a microcefalia, mas existem ações de suporte que podem auxiliar no desenvolvimento do bebê e da criança, e este acompanhamento é preconizado pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Como cada criança desenvolve complicações diferentes entre elas respiratórias, neurológicas e motoras, o acompanhamento por diferentes especialistas vai depender de suas funções que ficaram comprometidas (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2015).

Os exames inespecíficos devem ser solicitados a fim de complementar a investigação e estadiamento dos casos. Durante o curso da doença, poderão ser identificadas alterações em diversos exames laboratoriais, tais como: discretas a moderadas leucopenia e trombocitopenia; e ligeira elevação da desidrogenase láctica sérica, gama glutamiltransferase e de marcadores de atividade inflamatória (proteína C reativa, fibrinogênio e ferritina).

Crianças com microcefalia têm prejuízos no desenvolvimento neuropsicomotor beneficiam-se do Programa de Estimulação Precoce que aborda os estímulos que interferem na sua maturação, para favorecer o desenvolvimento motor e cognitivo. A criança deve ser inserida nesse programa, que deve ter seu início tão logo o bebê esteja clinicamente estável e se estender até os 3 anos de idade (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2015).

Os bebês diagnosticados ou com suspeita de microcefalia são submetidos desde os primeiros meses de vida a intervenções de várias áreas, como fisioterapia, fonoaudiologia, terapia ocupacional, otorrinolaringologia, oftalmologia, neuropediatria, pediatria e fisiatria (AGÊNCIA BRASIL, 2016).

O Ministério da Saúde informou em 22 de junho de 2016, que o Brasil tinha 1616 casos confirmados de microcefalia, destes 233 foram causados pelo vírus Zika, detectado em exames e ainda investiga outros 3007 casos da má-formação. Desde outubro de 2015 (início do surto de Zika) foram registradas 324 mortes suspeitas de microcefalia ou alteração no sistema nervoso central, os óbitos ocorreram após o parto ou durante a gestação (ESTADÃO, 2016).

244

Embora as limitações que possam surgir, a expectativa de vida das crianças com microcefalia não são diferentes das outras crianças (AMERGS, 2016). O tratamento até os 3 meses de idade exige que sejam feitos exercícios de terapia ocupacional e, posteriormente, acompanhamento de fisioterapia e neurologia. Os pais terão que acompanha-los nestes momentos o que será em horário de trabalho trazendo impactos emocionais, econômicos e sociais nestas famílias (EXAME.COM, 2016).

Para garantir o atendimento nos centros de referência muitas mães precisam viajar com seus filhos para consultas e medir com precisão o perímetro encefálico dos bebês, uma diferença mínima na medição pode atrasar o tratamento, trazendo consequências moderadas em sua vida (SENADO FEDERAL, 2016).

Dentre os direitos da pessoa com microcefalia o SUS deve oferecer todas as opções de tratamentos para essas crianças com atendimento adequado, com qualidade, no tempo certo e com garantia de continuidade do tratamento (Portaria nº 1.820/2009 do Conselho Nacional de Saúde).

A Assistência Farmacêutica está direcionada a aquisição de medicamentos da atenção básica a saúde. Os microcefálicos necessitam de medicamentos de alto custo que precisam ser usados por longos períodos (ALMEIDA, 2016).

As despesas para o tratamento fora do domicílio que são aquelas relativas a transporte aéreo, terrestre e fluvial, diárias para alimentação e pernoite para pacientes e acompanhantes, devendo ser custeadas e autorizadas de acordo com a disponibilidade orçamentária do município e/ou estado (ALMEIDA, 2016).

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, mães de crianças diagnosticadas com microcefalia podem se inscrever no Benefício de Prestação Continuada (BPC). Conforme o Ministério do Desenvolvimento Social, o pagamento do BPC corresponde a um salário mínimo e só pode recebê-lo quem possui renda per capita familiar inferior a um quarto de salário mínimo, atualmente em R\$ 220 (PORTAL G1, 2016).

O Brasil não tem ainda definido o tratamento mínimo necessário que as crianças com microcefalia terão que passar ao longo do ano, sendo difícil definir o seu custo exato. Os bebês estão completando 1 ano de idade com vários problemas de saúde que crianças com microcefalia causada por sífilis e outras doenças não possuem.

2.2 Meio Ambiente e Zika

A falta de uma política pública voltada para a saúde ou inadequação do saneamento básico no Brasil pode impactar no aumento do número de casos da microcefalia provocada pelo Zika vírus.

2.2.1 Políticas públicas

O conceito de políticas públicas diz respeito a um conjunto de ações e decisões do governo, voltadas para a solução de problemas encontrados na sociedade. Caracteriza-se

como política pública o sistema de metas e planos pensados pelos três entes federativos – união, estados e municípios – para alcançar o bem-estar da população (EDUCAÇÃO INTEGRAL, 2016).

A Política Pública possui dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e o problema público. O processo de elaboração de política pública, também conhecido como ciclo de políticas públicas consiste em cinco atividades essenciais: definição de agenda, formulação, tomada de decisão, implementação e avaliação. São conjuntos de atividades discretas, embora inter-relacionadas, em que os gestores públicos podem se envolver para alcançar os objetivos das políticas da sua sociedade e do seu governo (BRANCALEON et al., 2015).

Os serviços públicos de saneamento básico estão submetidos a uma política pública, formulada com a participação social, e entendida como o conjunto de princípios e diretrizes que conformam as aspirações sociais e/ou governamentais na regulamentação do planejamento, execução, operação, regulação, fiscalização e avaliação desses serviços (MORAES, 1994 apud BRASIL, 2009).

As políticas públicas voltadas para a saúde são projetos elaborados pelo Poder Público, com o auxílio de entes públicos e privados, com o objetivo de preservar o direito à saúde. As políticas públicas necessitam de investimento financeiro para a elaboração de ações funcionais e benéficas à população brasileira (JUSBRASIL, 2015).

2.2.2 Saneamento Básico

Saneamento é o conjunto de medidas que visa preservar ou modificar as condições do meio ambiente com a finalidade de prevenir doenças e promover a saúde, melhorarem a qualidade de vida da população e à produtividade do indivíduo e facilitar a atividade econômica (TRATA BRASIL, 2016).

Os dados de saneamento básico no Brasil são insatisfatórios, segundo o Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgoto, em 2013, com base em documentos do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS). Uma pesquisa feita com 154,7 milhões de brasileiros, apenas 49,6% possui coleta de esgoto e 39% tem esgoto tratado. Somente São Paulo, Minas Gerais e Distrito Federal possuem índice médio de atendimento urbano de coleta de esgoto acima de 70%. Nos demais Estados, o atendimento de rede de coleta de esgoto urbana atinge índices abaixo de 40% em média. De acordo com a mesma fonte, 82,5% de um total de 165,7 milhões de brasileiros recebe atendimento da rede de abastecimento urbano de água. (BENJAMIN, 2016).

O Atlas do Saneamento de 2011 mostra que em relação à distribuição de água, é na região norte que a população recebe mais água sem tratamento - mais de 25% da água destinada para consumo humano nessa região não é tratada. O abastecimento de água cobre quase a totalidade do país, 99,4%. Segundo o estudo, existem 33 municípios

brasileiros sem abastecimento total de água, entretanto, há outros 793, grande parte deles na região nordeste, nos quais o abastecimento é feito de maneira alternativa, por meio de cisternas ou outros mecanismos (JÚNIA, 2011).

O sistema de esgoto promove a interrupção da cadeia de contaminação humana e a melhoria da gestão dos resíduos sólidos reduz o impacto ambiental e elimina ou dificulta a proliferação de vetores (FUNASA, 2016).

3 I ESTIMATIVAS DO CUSTO DA MICROCEFALIA

Para o diagnóstico da microcefalia são gastos em torno de R\$ 390,45 por pessoa, isso apenas com exames de primeira avaliação. Este valor pode ser aumentado devido à necessidade de cada paciente já que os efeitos da microcefalia são variáveis.

São gastos com profissionais da saúde cerca de R\$ 997,89 por hora de trabalho, ou seja, cada vez que o paciente necessitar de 1 hora de todos esses profissionais, o governo gastará este valor por pessoa. O valor para o tratamento de um paciente de microcefalia não pode ser estimado com precisão, pois as consequências variam de caso a caso e não existe um plano ou protocolo que indica qual o tratamento correto para o indivíduo.

Por ser uma anomalia nova, a microcefalia causada por zika não tem tratamento testado, aprovado e prescrito. Está sendo desenvolvido à medida que as crianças crescem e as sequelas surgem. Há casos leves, outros críticos e alguns, fatais (ESTADÃO SAÚDE, 2016).

Sendo assim, pode-se considerar uma estimativa de que se um indivíduo de microcefalia passar pelo médico 1 vez a cada 6 meses ao longo de sua vida e considerando a expectativa de vida de 75 anos (expectativa de vida do brasileiro em 2014, estimada pelo IBGE), o custo seria de R\$ 19.522,50. Este seria uma estimativa muito simplificada, pois é necessário o acompanhamento com vários profissionais de saúde, inclusive para a prescrição de medicamentos e definições das respectivas doses.

Aestimulação precoce do microcéfalo é uma etapa importante para o desenvolvimento, principalmente nos primeiros 6 anos de vida. São gastos em torno de R\$ 131.000,00 por paciente. Sendo a psicologia a área que mais vai demandar recursos, sendo responsável por 57% desse total, a fisioterapia é a área que corresponde a menor fatia, apenas 4%. Somando os gastos com os médicos e estimulação precoce, o custo total seria de R\$ 150.807,30.

De acordo com o Decreto no 8.818 de 29/12/2015, o salário mínimo brasileiro é de R\$ 880,00. Segundo a Lei no 8.213, de 24/07/1991, art. 29-c, inc. I e II, o tempo de contribuição para homens é de 35 anos e para mulheres, de 30 anos. Então, neste período, a pessoa que deixou de trabalhar para cuidar e acompanhar o microcéfalo deixou de captar R\$ 400.400,00, se homem ou R\$ 343.200,00, se mulher.

Sendo assim, o gasto total da microcefalia seria de R\$ 494.007,30, se a mulher deixasse de trabalhar para cuidar do filho, e de R\$ 551.207,30 se o homem ficasse em casa para cuidar da criança microcéfala, ou seja, o gasto médio seria de R\$ 522.607,30.

Até julho de 2016 foram confirmados 1.749 casos de microcefalia (PORTAL DA SAÚDE, 2016), assim, o gasto de todos os casos da doença será de R\$ 914.040.167,70.

Segundo o Portal da Transparência do Governo Federal, o gasto em Saneamento Básico no ano de 2015 foi de R\$ 113.173.943,21. Já no ano de 2016, consultado em 7 de setembro do mesmo ano, o gasto foi de R\$ 38.010.741,53, ou seja, gastou o equivalente a 33,59% do ano de 2015. O governo gastará 8 vezes mais com a microcefalia do que gastou com saneamento básico em 2015 ou 24 vezes o que gastou até setembro de 2016 com este serviço.

O Saneamento básico, além da zika, pode prevenir outras doenças, inclusive as que têm o mesmo vetor, como a dengue e a chikungunya, que causam preocupações aos brasileiros em todos os verões que são períodos em que ocorrem as chuvas, e o acúmulo de água são frequentes.

O Ministério da Saúde informou em 2016 o primeiro acordo internacional para desenvolvimento de vacina contra o vírus Zika. A pesquisa será realizada conjuntamente pelo governo brasileiro e a Universidade do Texas Medical Branch dos Estados Unidos. Para isso, serão disponibilizados pelo governo brasileiro US\$ 1,9 milhão nos próximos cinco anos. De acordo com o cronograma de trabalho, a previsão é de desenvolvimento do produto em dois anos (COMBATE AEDES, 2016).

41 CONSIDERAÇÕES

Com o aumento dos casos de infecção pelo zika vírus, ocorreu um acréscimo nos casos de microcefalia no Brasil. O vírus chegou ao país devido à diminuição das fronteiras, fator este que contribuiu para que aquele espalhasse por várias regiões do globo. Além disso, o Brasil apresenta condições climáticas favoráveis à proliferação do vetor, fazendo com que os casos aumentassem rapidamente.

O presente trabalho teve como objetivo estimar os custos relacionados à microcefalia causada pela infecção do zika vírus, e abordar possíveis políticas públicas de saneamento e saúde de combate ao vetor, ao vírus e para o tratamento dos doentes.

Pode-se observar que os gastos com a microcefalia superaram em 2400% os gastos que o Brasil fez com o saneamento básico até setembro de 2016. O saneamento básico além de contribuir para a diminuição dos casos de microcefalia também leva a diminuição de casos de dengue, zika, chikungunya e outras doenças relacionadas (cólera, diarreias, etc), mas não tem a devida atenção pelas políticas públicas do governo brasileiro.

A dificuldade encontrada na elaboração deste trabalho foi a falta de um protocolo que determinasse um tratamento básico para os microcéfalos. Todos os médicos que

contatamos alegam que o tratamento é variável, pois as sequelas serão diferentes dependendo da região do cérebro mais afetada, embora eles afirmem saber como deve ser o prosseguimento do tratamento correto. Sendo assim, não foi possível uma posição de qual seria o gasto mínimo de cada paciente, o que tornou um desafio à simulação dos valores envolvidos no tratamento da microcefalia.

Assim, pode incorrer no risco de superar as metas fiscais com os repasses dos recursos para a saúde pública, já que os casos aumentaram significativamente e não realizaram um estudo de quanto seria os recursos necessários.

Sugerimos como estudo o aprofundamento dos aspectos ambientais relacionados à proliferação do vetor em áreas residenciais, além de como o vírus avançou pelo mundo e quais seriam as medidas de profilaxia para que o Brasil não fosse atingido, além da definicão de protocolo base para o tratamento da microcefalia.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. Exercícios simples estimulam o desenvolvimento de bebês com microcefalia. 2016. Disponível em: http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-04/exercicios-simples-estimulam-o-desenvolvimento-de-bebes-com-microcefalia >. Acesso em: 22 jun. 2016.

ALMEIDA, M.C.L. **Microcefalia**: conheça mais sobre os seus direitos para enfrentamento da doença. Meus direitos da saúde. Campo Grande. MS. 2016.

ASSOCIAÇÃO MÉDICO-ESPÍRITA DO RIO GRANDE DO SUL (AMERGS). **Posição da AME – BRASIL sobre o Zika** vírus e o aborto. 2016. Disponível em: http://www.amergs.org/bioetica/posicao-da-ame-brasil-sobre-o-zika-virus-e-o-aborto/, Acesso em: 5 jul. 2016.

REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (ARCA). **Epidemiology of Microcephaly in Brazil.** Disponível em: http://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/13395/2/CelinaCMTM__Zika_ABCDE_2016.pdf. Acesso em: 04 jun. 2016.

BENJAMIN, R. **Educação, saúde e ambiente.** 2016. Disponível em: ">http://www.ioc.fiocruz.br/abcnaciencia/html/word/?pag

BRANCALEON, et al. **Políticas públicas**: conceitos básicos. 2015. Disponível em: https://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/303682/mod_resource/content/1/MaterialDidatico_EAD%2017%2004%202015.pdf Acesso em: 04 jun. 2016.

BRASIL. Lei nacional de saneamento básico: perspectivas para as políticas e a gestão dos serviços públicos. Brasília, 2009. Vol.1.

COMBATE AEDES. **País Firma Acordo para Desenvolver Vacina contra Zika**, 2016. Disponível em: http://combateaedes.saude.gov.br/pt/noticias/316-brasil-e-eua-firmam-acordo-para-desenvolver-vacina-contra-virus-zika. Acesso em: 08 dez. 2016.

EDUCAÇÃO INTEGRAL. **Política pública**. 2013. Disponível em: http://educacaointegral.org.br/glossario/politicas-publicas/>. Acesso em: 7 set. 2016.

ESTADÃO. **Brasil tem 1616 casos confirmados de microcefalia.** 2016. Disponível em: http://saude.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-confirma-1616-casos-de-microcefalia,10000058681. Acesso em: 05 jul. 2016.

EXAME.COM. **Microcefalia trará "geração de sequelados"**, **diz médica.** 2015. Disponível em: http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/microcefalia-trara-geracao-de-sequelados-diz-medica>. Acesso em: 03 set. 2016.

JÚNIA, R. Brasileiros ainda adoecem por falta de saneamento básico. 2004. Disponível em: http://www.fiocruz.br/omsambiental/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=262&sid=13. Acesso em: 7 set. 2016.

JUSBRASIL. **Políticas públicas de saúde no Brasil**. 2015. Disponível em: https://helenadmab.jusbrasil.com.br/artigos/190097706/politicas-publicas-de-saude-no-brasil Acesso em: 25 mar. 2017.

KINDHAUSER, M.K., et al. **Zika:** the origin and spread of a mosquito-borne virus, World Health Organization, Geneva Switerzland, 2016.

KRONEN, M.R. **Flaviviridae**. 2008. Disponível em: httml> Acesso em: 22 mar. 2016.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de atenção à saúde. **Protocolo de atenção à saúde e resposta à ocorrência de microcefalia relacionada à infecção pelo vírus Zika.** Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde – Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

PEREIRA, C.A.R. BARATA, M.M.L. Custo social de doenças e método proposto para sua estimação. J Bras Econ Saúde. 2014.

PORTAL BRASIL. **Brasil adota norma da OMS e reduz medida para microcefalia.** 2016. Disponível em:< http://www.brasil.gov.br/saude/2016/03/brasil-adota-norma-da-oms-e-reduz-medida-para-microcefalia>. Acesso em: 13 abr. 2016.

PORTAL G1. Governo diz que pagará bolsa mensal a família de bebês com microcefalia. 2016. Disponível em: http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2016/01/governo-diz-que-pagara-bolsa-mensal-famílias-de-bebes-com-microcefalia.html. Acesso em: 03 set. 2016.

PORTAL DA SAÚDE, **Boletim Epidemiológico**. 2016. Disponível em: < http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/leia-mais-o-ministerio/197-secretaria-svs/11955-boletins-epidemiologicos-arquivos>. Acesso em 08 dez. 2016.

REVISTA SCIENCE. **Zika virus impairs growth in human neurospheres and brain organoids.** 2016. Disponível em: http://science.sciencemag.org/content/early/2016/04/08/science.aaf6116.full >. Acesso em: 13 abr. 2016.

REVISTA SUPER INTERESSANTE. A Zika em foco. São Paulo: Abril, edição 359, abr. 2016.

SENADO FEDERAL DE BRASÍLIA DISTRITO FEDERAL (DF). **Perdas econômicas e custos orçamentários**. 2016. Disponível em: http://www12.senado.leg.br/emdiscussao/edicoes/saneamento-basico/saneamento/perdas-economicas-e-custos-orcamentarios>. Acesso em: 03 set. 2016.

TRATA BRASIL. **O que é Saneamento Básico.** 2013. Disponível em: http://www.tratabrasil.org.br/o-que-e-saneamento>. Acesso em: 28/10/2016.

SOBRE O ORGANIZADOR

ELÓI MARTINS SENHORAS - Professor associado e pesquisador do Departamento de Relações Internacionais (DRI), do Programa de Especialização em Segurança Pública e Cidadania (MJ/UFRR), do Programa de MBA em Gestão de Cooperativas (OCB-RR/UFRR), do Programa de Mestrado em Geografia (PPG-GEO), do Programa de Mestrado em Sociedade e Fronteiras (PPG-SOF), do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Amazônia (PPG-DRA) e do Programa de Mestrado em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação (PROFNIT) da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Graduado em Economia. Graduado em Política. Especialista pós-graduado em Administração - Gestão e Estratégia de Empresas. Especialista pós-graduado em Gestão Pública. Mestre em Relações Internacionais. Mestre em Geografia - Geoeconomia e Geopolítica. Doutor em Ciências. Post-Doc em Ciências Jurídicas. Visiting scholar na Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), na University of Texas at Austin, na Universidad de Buenos Aires, na Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, México e na National Defense University. Visiting researcher na Escola de Administração Fazendária (ESAF), na Universidad de Belgrano (UB), na University of British Columbia e na University of California, Los Angeles. Professor do quadro de Elaboradores e Revisores do Banco Nacional de Itens (BNI) do Exame Nacional de Desempenho (ENADE) e avaliador do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (BASis) do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC). Professor orientador do Programa Agentes Locais de Inovação (ALI) do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE/RR) e pesquisador do Centro de Estudos em Geopolítica e Relações Internacionais (CENEGRI). Organizador das coleções de livros Relações Internacionais e Comunicação & Políticas Públicas pela Editora da Universidade Federal de Roraima (UFRR), bem como colunista do Jornal Roraima em Foco. Membro do conselho editorial da Atena Editora.

ÍNDICE REMISSIVO

Α

Atenção Básica 161, 177, 183, 190, 192, 194, 195, 197, 198, 201, 202, 223, 237, 245

Atenção Psicossocial 156, 160, 182, 183, 184, 185, 186, 189, 190

Auditoria 173, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230

Avaliação 6, 8, 13, 16, 19, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 76, 82, 96, 106, 107, 118, 133, 150, 164, 165, 170, 171, 173, 176, 182, 185, 196, 202, 205, 206, 207, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 218, 219, 221, 222, 246, 247, 251

C

Capacitação 8, 14, 19, 52, 72, 102, 111, 129, 152, 165, 167, 170, 171, 172, 176, 185, 188, 193, 196

Ciclo de Vida 203, 205, 206, 207, 208, 211, 212, 213, 214

Competência Linguístico-Comunicativa 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132

Controle Interno 223, 224, 226, 227, 229, 230

Criança 241, 242, 244, 248

Cultura 15, 17, 34, 35, 37, 38, 44, 45, 46, 47, 48, 52, 61, 142, 143, 148, 161, 174, 180, 209, 235

D

Deficiência Intelectual 1, 2, 3, 6, 8, 9

Desempenho 5, 6, 8, 11, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 27, 49, 52, 53, 55, 56, 58, 59, 60, 61, 75, 78, 79, 80, 83, 84, 85, 88, 92, 101, 124, 169, 174, 175, 176, 180, 203, 205, 212, 214, 215, 216, 217, 218, 220, 221, 222, 224, 226, 251

Docente 6, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 29, 31, 32, 52, 53, 56, 57, 58, 95, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 107, 108, 111, 112, 113, 114, 115, 121, 127, 131

Ε

Educação 2, 3, 4, 6, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 20, 21, 24, 25, 26, 27, 28, 31, 33, 37, 46, 49, 51, 52, 54, 56, 57, 58, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 80, 86, 87, 92, 94, 95, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 106, 109, 111, 112, 115, 122, 129, 156, 174, 175, 180, 181, 190, 221, 229, 249, 251

Educação Básica 12, 14, 16, 18, 20, 24, 25, 26, 27, 28, 31, 33, 99, 100, 106, 180, 181

Ensino 1, 3, 10, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 39, 49, 57, 63, 65, 71, 75, 76, 80, 81, 82, 83, 98, 99, 100, 103, 105, 108, 109, 111, 127, 133, 156

Ensino Médio 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 39, 41, 42, 49, 83, 103, 127, 180

Ensino Superior 26, 27, 51, 52, 56, 57, 58, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 71, 72, 75, 76, 80, 82, 98, 100, 105, 108, 109, 156

Equipamentos Coletivos 156, 159, 161

Equipe Multiprofissional 191, 194, 195, 197

Escola 4, 5, 8, 9, 10, 12, 15, 17, 19, 20, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 47, 48, 99, 106, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 118, 119, 121, 144, 182, 231, 232, 251

Estado 11, 14, 17, 20, 26, 29, 35, 37, 40, 43, 44, 45, 46, 47, 55, 58, 63, 65, 66, 67, 68, 70, 72, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 106, 111, 112, 120, 122, 124, 125, 126, 128, 129, 130, 131, 137, 141, 150, 151, 152, 153, 154, 156, 158, 160, 161, 164, 165, 168, 169, 171, 172, 174, 175, 176, 177, 180, 181, 182, 184, 191, 192, 193, 204, 206, 209, 215, 217, 220, 223, 225, 239, 245

Evasão Escolar 22, 23, 24, 25, 26, 29, 30, 32

F

Formação Continuada 12, 13, 15, 16, 19, 20, 100, 102, 104, 127, 129, 132

Formação de Professores 11, 12, 13, 15, 98, 110, 112, 122, 123, 124, 126, 128, 131, 132

Fotografia 134, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148

Fotojornalismo 134, 135, 136

G

Geografia 73, 111, 112, 114, 115, 118, 120, 121, 251

Gestão 20, 49, 75, 76, 78, 85, 96, 97, 103, 105, 156, 165, 166, 174, 175, 176, 177, 180, 181, 205, 206, 219, 251

Gestão por Resultados 76, 85, 90, 174, 175, 176, 177, 180, 181

н

Homem 45, 115, 117, 139, 200, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 247, 248

Hospitais 161, 168, 169, 176, 177, 214, 225

M

Microcefalia 242, 243, 244, 245, 247, 248, 249, 250

Monitoramento 65, 73, 74, 174, 176, 177, 185, 212, 223, 224, 225, 229

Monitoria 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109

Ν

Núcleo de Apoio à Saúde da Família 191, 192, 193, 197, 199, 202

Р

Pacto pela Educação 174, 175

Pacto pela Saúde 174, 175, 176, 203, 205, 215, 216, 217, 218, 219, 220

Pagamento por Desempenho 203, 205, 214, 216, 217, 218

PIBID 111, 112, 114, 115, 118, 119, 120, 121

Planejamento 10, 54, 61, 75, 78, 84, 103, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 115, 152, 156, 157, 159, 160, 161, 164, 165, 166, 169, 171, 174, 175, 176, 189, 199, 200, 202, 224, 227, 229, 246

PNAISH 231, 232, 233, 235, 236, 237, 238, 239, 240

PNE 20, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 74

Política Pública 88, 93, 111, 112, 162, 174, 176, 192, 203, 204, 205, 206, 207, 209, 210, 211, 213, 216, 221, 239, 242, 245, 246, 249

Professor 1, 3, 6, 7, 8, 11, 12, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 32, 34, 38, 39, 40, 41, 42, 70, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 113, 115, 118, 123, 124, 125, 126, 131, 132, 133, 251

Proficiência Linguística 122, 124, 130

S

Saneamento Básico 165, 242, 245, 246, 248, 249, 250

Saúde 11, 37, 95, 96, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 160, 161, 162, 163, 164, 166, 167, 168, 169, 170, 172, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 182, 183, 184, 185, 187, 188, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 205, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 239, 240, 241, 243, 244, 245, 248, 250

Saúde Mental 156, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 195, 196

Saúde Pública 155, 168, 176, 182, 192, 200, 217, 220, 234, 236, 240, 243, 249

Segregação Socioespacial 156, 157, 159, 162, 164, 165

Serviços de Saúde 150, 152, 160, 161, 162, 163, 169, 174, 176, 178, 180, 188, 192, 195, 203, 205, 214, 216, 217, 218, 231, 234, 235, 237, 238, 239, 240

Sinais 5, 49

Sistemas de Informação 95, 167, 169, 170, 171, 172

Stakeholder 78, 83, 84

SUS 147, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 160, 162, 164, 169, 170, 172, 173, 182, 183, 184, 187, 189, 190, 191, 192, 193, 195, 197, 199, 200, 201, 203, 204, 205, 206, 215, 216, 217, 218, 219, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 229, 230, 237, 238, 239, 240, 244, 245

Т

Tecnologia Assistiva 1, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11 Terapeuta Ocupacional 1, 3, 4, 7, 8, 10, 11

U

Universidade 1, 5, 6, 9, 10, 11, 20, 48, 49, 63, 72, 75, 76, 77, 78, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 89, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 102, 111, 112, 118, 120, 121, 124, 129, 130, 133, 134, 156, 160, 182, 191, 223, 231, 232, 248, 251

Z

Zika Vírus 242, 243, 245, 248, 249

AS POLÍTICAS PÚBLICAS FRENTE À TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE 2

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

@atenaeditora **©**

www.facebook.com/atenaeditora.com.br



AS POLÍTICAS PÚBLICAS FRENTE À TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE 2

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

@atenaeditora **©**

www.facebook.com/atenaeditora.com.br

